

TÉCNICO JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2410216025M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do estado de Mato Grosso

TJ/MT

CARGO:

Técnico Judiciário

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

10/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TJ MT – 1º SIMULADO – TÉCNICO JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 10.

Projeto “Mulheres em Defesa” resgata autoestima de mulheres vítimas de violência doméstica

1 A violência física é a forma mais frequente de
violência doméstica, com 36,7% dos casos registrados
em 2022, conforme o Atlas da Violência de 2024, elab-
5 orado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
(Ipea). Diante dessa realidade, o Centro Especializado
de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracio-
nais (Ceav), vinculado ao Fórum de Cuiabá, lançou o
projeto “Mulheres em Defesa” em 2024. O projeto
acolhe e capacita mulheres vítimas de violência do-
10 méstica, oferecendo treinamento para cerca de 50
participantes, das quais 20 foram certificadas em 1º
de outubro, juntamente com a distribuição de mudas
de Ipês-brancos pelo programa Verde Novo.

O principal objetivo do “Mulheres em Defesa”
15 é fornecer meios de autodefesa para mulheres sob a
proteção da justiça. Durante seis dias de treinamento,
cada um com uma hora de duração, são ministradas
aulas de defesa pessoal inspiradas no Krav Magá, além
de orientações sobre análise de ambientes e compor-
20 tamentos e suporte psicológico pela equipe do Ceav. O
ingresso no projeto é voluntário, com as interessadas
passando por uma triagem realizada por profissionais
psicossociais do Ceav.

Com oito anos de atuação na área, a juíza Ana
25 Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa, coordenadora
do Ceav, destaca o impacto positivo do projeto. “A par-
ticipação no curso de defesa pessoal deu às mulheres
ferramentas para se protegerem em situações de ris-
co. Além disso, observamos uma melhora significativa
30 na autoestima, na saúde mental e no empoderamento
das participantes, o que é essencial para romper o ci-
clo de violência”, afirmou. A psicóloga do Ceav, Mile-
na Mello, explica a origem do projeto. “Pensamos em
como criar políticas públicas que realmente dessem
35 suporte a essas mulheres. A ideia de ensinar autode-
fesa surgiu a partir da necessidade de enfrentar a vio-
lência de forma prática”, disse.

Treinamento e Autodefesa

O treinamento oferecido pelo projeto não ape-
nas ensina técnicas de defesa, mas também resgata a
40 confiança das participantes. O instrutor Leonardo Boc-
chese reforça que, “quanto mais elas aprendem, mais
demonstram confiança, o que diminui a necessidade
de utilizar as técnicas. Quando o agressor percebe que
a mulher tem condições de se defender, há uma hesi-
45 tação em agir”.

As aulas abrangem desde técnicas básicas de de-
fesa contra tapas e empurrões até estratégias para li-
dar com situações mais extremas, como esganaduras
e ataques com objetos cortantes. “Ensinamos quais
50 são os pontos sensíveis do corpo e oferecemos uma
estrutura de defesa para situações em que a autode-
fesa física se torna a única opção”, explica o instrutor.
Além disso, as participantes são capacitadas para iden-
tificar situações de risco, sendo orientadas a analisar
55 ambientes e comportamentos suspeitos. Elas também
recebem materiais de apoio em vídeo para reforçar os
conteúdos aprendidos. Uma das participantes da 2ª
edição do projeto relatou: “Fui surpreendida posi-
tivamente com as instruções que recebi, que são úteis
60 não só para quem vive em situação de violência, mas
para qualquer mulher que possa enfrentar situações
de risco”.

(Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/81011>. Aces-
sado em 10 de outubro de 2024.)

1

Com base no texto sobre o projeto “Mulheres em Defe-
sa”, é correto afirmar que o principal impacto do treina-
mento de defesa pessoal, segundo a juíza Ana Graziela
Vaz de Campos Alves Corrêa, é:

- (A) a redução imediata dos casos de violência doméstica em Cuiabá, diretamente relacionada à participação das mulheres no projeto.
- (B) a garantia de que as participantes do projeto conseguirão se defender fisicamente em qualquer situação de risco que enfrentarem.
- (C) a ampliação do número de mulheres certificadas em autodefesa, aumentando a segurança de todas as participantes do curso.
- (D) o fortalecimento da autoestima, da saúde mental e do empoderamento das participantes, contribuindo para a ruptura do ciclo de violência.
- (E) a eliminação definitiva da necessidade de suporte psicológico para as mulheres atendidas pelo Ceav após a conclusão do curso.

2

A respeito do projeto “Mulheres em Defesa” descrito no texto, é correto afirmar que:

- (A) o projeto visa não apenas ensinar técnicas de defesa pessoal, mas também promover o fortalecimento emocional das participantes, contribuindo para a superação da violência que enfrentaram.
- (B) o foco do projeto é exclusivamente ensinar defesa física para garantir que todas as participantes consigam se defender de seus agressores sem necessidade de suporte adicional.
- (C) as mulheres só podem participar do projeto se já tiverem recebido algum tipo de treinamento prévio em autodefesa ou apoio psicológico do Ceav.
- (D) as aulas de defesa pessoal se concentram apenas em técnicas avançadas para lidar com situações extremas, como ataques com armas.
- (E) o impacto do projeto é limitado, pois as técnicas ensinadas são aplicáveis apenas em casos muito específicos e não têm efeito no cotidiano das participantes.

3

Em relação às marcas de textualidade presentes no texto sobre o projeto “Mulheres em Defesa”, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) A coesão do texto é garantida exclusivamente pelo uso de conectores que articulam as ideias de forma linear, sem necessidade de retomadas anafóricas.
- (B) O texto não utiliza elementos de intertextualidade, focando apenas em informações objetivas sobre o projeto e evitando qualquer referência a outros discursos.
- (C) A coerência do texto é comprometida pela inclusão de depoimentos das participantes, uma vez que esses fragmentos desviam o foco da exposição das ações do projeto.
- (D) O uso de referências temporais, como “1º de outubro” e “2024”, não contribui para a construção da coesão do texto, sendo elementos puramente informativos.
- (E) A articulação entre os depoimentos das participantes e as informações sobre o projeto demonstra uma estratégia de coesão que visa integrar experiências pessoais ao relato das ações desenvolvidas.

4

Sobre os modos de organização discursiva presentes no texto que aborda o projeto “Mulheres em Defesa”, assinale a alternativa correta, considerando as características específicas de cada modo.

- (A) O texto adota majoritariamente o modo descritivo, focando em descrever os aspectos físicos das participantes do projeto, sem expor informações sobre as atividades realizadas.
- (B) A organização discursiva do texto é predominantemente expositiva, pois apresenta informações detalhadas sobre o funcionamento e os objetivos do projeto, como a duração do treinamento e as atividades oferecidas.
- (C) O texto se caracteriza principalmente pelo modo narrativo, já que relata eventos em ordem cronológica, detalhando o percurso das participantes no projeto.
- (D) O modo argumentativo é predominante no texto, pois ele defende explicitamente a necessidade de políticas públicas de autodefesa para mulheres, utilizando exemplos para sustentar sua posição.
- (E) O texto possui um caráter injuntivo, buscando orientar as mulheres sobre como se comportar em situações de risco, enfatizando ações a serem tomadas.

5

No trecho “*A participação no curso de defesa pessoal deu às mulheres ferramentas para se protegerem em situações de risco.*”, o emprego do verbo no tempo passado “deu” e o uso da expressão “para se protegerem” indicam que:

- (A) o projeto já forneceu os meios necessários, e as participantes adquiriram habilidades para se protegerem em momentos posteriores ao curso.
- (B) as mulheres que participaram do projeto ainda aguardam a aplicação prática das técnicas aprendidas, pois o treinamento ainda não foi concluído.
- (C) a ação de fornecer ferramentas de defesa pessoal ainda está em andamento e depende da avaliação das autoridades envolvidas no projeto.
- (D) o uso do verbo “deu” no passado expressa uma ação que pode ser repetida futuramente, sem necessariamente ter sido concluída neste caso específico.
- (E) a frase sugere que as técnicas de defesa pessoal fornecidas pelo curso não foram suficientes para assegurar a autodefesa das participantes em situações de risco.

6

Com relação aos tipos textuais e às suas características, assinale a alternativa correta sobre o texto que trata do projeto "Mulheres em Defesa".

- (A) O texto pode ser classificado como normativo, uma vez que orienta as participantes sobre as regras e procedimentos do curso de autodefesa, estabelecendo normas a serem seguidas.
- (B) Trata-se de um texto publicitário, pois busca promover o projeto "Mulheres em Defesa" com o objetivo de atrair novas participantes, utilizando recursos de convencimento.
- (C) O texto é de natureza informativa, já que apresenta dados e detalhes sobre o funcionamento do projeto, seu impacto e as atividades oferecidas, sem o objetivo de persuadir ou estabelecer regras.
- (D) O texto possui características de um texto didático, pois ensina as técnicas de autodefesa diretamente, detalhando as práticas que são aplicadas durante as aulas.
- (E) Trata-se de um texto propagandístico, pois visa convencer o(a) leitor(a) da necessidade de projetos semelhantes ao "Mulheres em Defesa" em outras regiões, destacando seus benefícios.

7

A partir do texto sobre o projeto "Mulheres em Defesa", considere a seguinte frase:

"O projeto acolhe e capacita mulheres vítimas de violência doméstica, oferecendo treinamento para cerca de 50 participantes, das quais 20 foram certificadas em 1º de outubro."

Em relação à estrutura da frase na língua portuguesa, assinale a alternativa correta que reescreve a frase mantendo o seu sentido e adequação sintática.

- (A) O projeto acolhe e capacita mulheres vítimas de violência doméstica, que recebem treinamento, sendo cerca de 50 participantes, das quais 20 foram certificadas em 1º de outubro.
- (B) O projeto, acolhendo e capacitando mulheres vítimas de violência doméstica, oferece treinamento para aproximadamente 50 participantes, sendo que 20 delas foram certificadas em 1º de outubro.
- (C) As mulheres que são vítimas de violência doméstica, acolhidas pelo projeto, recebem capacitação e treinamento, sendo cerca de 50, das quais 20 foram certificadas em 1º de outubro.
- (D) O projeto oferece às mulheres vítimas de violência doméstica um treinamento específico, ao capacitar aproximadamente 50 participantes, das quais 20 foram certificadas no dia 1º de outubro.
- (E) As vítimas de violência doméstica, que são acolhidas pelo projeto, recebem capacitação e treinamento em um grupo de cerca de 50 participantes, sendo que 20 foram certificadas em 1º de outubro.

8

A análise do texto sobre o projeto "Mulheres em Defesa" permite identificar diferentes funções da linguagem. Considerando as informações do texto e as características das funções da linguagem, assinale a alternativa que corresponde à função predominante no trecho:

"A participação no curso de defesa pessoal deu às mulheres ferramentas para se protegerem em situações de risco. Além disso, observamos uma melhora significativa na autoestima, na saúde mental e no empoderamento das participantes, o que é essencial para romper o ciclo de violência", afirmou a juíza Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa, coordenadora do Ceav."

- (A) Referencial, porque o foco é transmitir informações de forma objetiva sobre o projeto.
- (B) Conativa, pois busca influenciar o comportamento das mulheres em relação ao treinamento.
- (C) Fática, já que o trecho se preocupa em manter a comunicação aberta entre interlocutores.
- (D) Emotiva, por expressar os sentimentos da juíza em relação ao impacto do projeto.
- (E) Metalinguística, pois o trecho explica o conceito de empoderamento ao mencionar a melhora nas condições das participantes.

9

Com base no texto sobre o projeto "Mulheres em Defesa", analise as palavras destacadas e escolha a alternativa correta quanto à formação de palavras:

"A participação no curso de defesa pessoal deu às mulheres ferramentas para se protegerem em situações de risco. Além disso, observamos uma melhora significativa na autoestima, na saúde mental e no empoderamento das participantes, o que é essencial para capacitar as vítimas e promover a autonomia."

- (A) As palavras "autoestima" e "empoderamento" são formadas por derivação prefixal.
- (B) A palavra "autoestima" é formada por composição por justaposição, enquanto "empoderamento" é derivada por sufixação.
- (C) "Capacitar" e "promover" são formadas por derivação parassintética, pois possuem prefixo e sufixo simultâneos.
- (D) A palavra "se protegerem" é um exemplo de derivação sufixal, pois o sufixo indica a forma verbal.
- (E) "Empoderamento" é um exemplo de composição por aglutinação, pois ocorre a união de dois termos com alteração fonética.

10

Em relação ao texto sobre o projeto "Mulheres em Defesa", analise o uso semântico dos termos destacados nas frases abaixo e escolha a alternativa correta que define o emprego de cada expressão:

"O projeto acolhe e capacita mulheres vítimas de violência doméstica, oferecendo treinamento para cerca de 50 participantes, das quais 20 foram certificadas. Além disso, a participação das mulheres no projeto resulta em uma significativa melhora na autoestima e no empoderamento."

- (A) Os termos "acolhe" e "capacita" são utilizados no texto com sentido de oferecer suporte emocional e preparar as mulheres para enfrentar desafios, respectivamente.
- (B) A palavra "certificadas" sugere apenas que as mulheres receberam um documento formal ao término do treinamento, sem implicar na absorção de conhecimento.
- (C) O termo "melhora" possui um valor conotativo no texto, referindo-se a um aumento quantitativo nas condições físicas das participantes.
- (D) O uso de "empoderamento" indica uma transformação meramente física nas mulheres que participam do projeto, sem impacto emocional.
- (E) A palavra "capacita" é utilizada no texto no sentido de oferecer uma certificação técnica, sem foco no desenvolvimento pessoal das participantes.

Raciocínio Lógico Matemático

Marcelo Leite

11

A afirmação "Se Ana torce para o Operário e Bia torce para o Cuiabá, então Carla não torce para o Mixto" é falsa. Com base nessa afirmação, é correto afirmar que:

- (A) Ana torce para o Operário e Bia não torce para o Cuiabá.
- (B) Se Carla torce para o Mixto, então Ana não torce para o Operário.
- (C) Se Bia não torce para o Cuiabá, então Carla torce para o Mixto.
- (D) Ana não torce para o Operário ou Bia não torce para o Cuiabá.
- (E) Ou Ana torce para o Operário, ou Bia torce para o Cuiabá.

12

A afirmação "Se Mário reside em Cuiabá, então Maria não reside em Barra do Garças" é equivalente a:

- (A) Se Mário reside em Barra do Garças, então Maria não reside em Cuiabá.
- (B) Se Maria não reside em Barra do Garças, então Mário reside em Cuiabá.
- (C) Se Mário não reside em Cuiabá, então Maria reside em Barra do Garças.
- (D) Mário reside em Cuiabá e Maria reside em Barra do Garças.
- (E) Se Maria reside em Barra do Garças, então Mário não reside em Cuiabá.

13

Considere que a afirmação "Todo cuiabano torce para o Mixto" é verdadeira. Então, é correto afirmar que:

- (A) Todo torcedor do Mixto é cuiabano.
- (B) Carlos não torce para o Mixto, logo é não é cuiabano.
- (C) Ana é torcedora do Mixto, logo é cuiabana.
- (D) Existe cuiabano que não torce para o Mixto.
- (E) É possível que a pessoa não seja torcedora do Mixto e seja cuiabana.

14

Considere que Ana, Bia e Carol são servidoras do Tribunal de Justiça do estado de Mato Grosso (TJ-MT) exercendo os cargos de técnico judiciário, analista de justiça e oficial de justiça, não necessariamente nessa ordem. Os tempos de serviços dessas servidoras, nesse tribunal, correspondem a 12, 14 e 15 anos, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- A técnica judiciária trabalha há mais tempo no TJ MT.
- Bia é oficial de justiça.
- Ana trabalha há menos tempo no tribunal.

Com base nessas informações, é correto afirmar:

- (A) Ana é analista.
- (B) Bia trabalha há 15 anos no tribunal.
- (C) Carol é analista.
- (D) Ana trabalha há 14 anos no tribunal.
- (E) Carol trabalha há 14 anos no tribunal.

15

A sequência a seguir (T, R, I, B, U, N, A, L, T, R, I, B, U, N, A, L, T, R, I, ...) possui certo padrão que se repete infinitamente. A letra que ocupa a 130ª posição corresponde a:

- (A) T.
- (B) R.
- (C) I.
- (D) B.
- (E) U.

16

Considere que $n(X)$ representa a quantidade de elementos no conjunto X e que $n(A) = 10$, $n(B) = 12$ e $n(A \cap B) = 4$. Assim, $n(A \cup B)$ é igual a:

- (A) 22.
- (B) 21.
- (C) 20.
- (D) 19.
- (E) 18.

17

Após um aumento de 12%, a quantidade de servidores de certo tribunal passou a ser igual a 8.400. Assim, a quantidade de servidores, nesse tribunal, antes do aumento será igual a:

- (A) 7.392.
- (B) 7.200.
- (C) 7.100.
- (D) 7.000.
- (E) 6.900.

18

Marcos possui um boleto com valor de face igual a R\$ 1.200,00, cujo vencimento ocorreu há 8 dias. Hoje, Marcos resolveu quitar essa dívida, porém sobre o valor de face é acrescida multa de 10% e juros diários de 2,5%. O valor que Marcos deverá disponibilizar para quitar esse boleto será igual a:

- (A) R\$ 1.580,00.
- (B) R\$ 1.560,00.
- (C) R\$ 1.540,00.
- (D) R\$ 1.520,00.
- (E) R\$ 1.500,00.

19

A distribuição a seguir representa a quantidade de processos que foram entregues no setor Alfa do Tribunal Beta, nos 5 primeiros dias úteis em outubro de 2024.

Dia 01	Dia 02	Dia 03	Dia 04	Dia 05
12	15	18	16	12

Em relação a essa distribuição, a soma da média, moda e mediana é igual a:

- (A) 41,6
- (B) 44,6
- (C) 39,6
- (D) 38,6
- (E) 35,6

20

Um quadrado de lado L possui área igual a "A". Considere que o lado desse quadrado seja aumentado em 30%, gerando um novo quadrado com área igual a "B". Assim, podemos afirmar que "B" corresponde a:

- (A) 1,3.A
- (B) 1,36.A
- (C) 1,69.A
- (D) 1,81.A
- (E) 1,6.A

Legislação Institucional

Eduardo Galante

21

Nos termos da Lei Complementar n. 4/1990 – MT, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do estado de Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- (B) O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério das partes interessadas.
- (C) Posse é a investidura no cargo público mediante a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado e ocorrerá no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
- (D) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo. É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público de provimento efetivo entrar em exercício, contados da data da nomeação.
- (E) O ocupante de cargo de provimento efetivo, integrante do sistema de carreira, fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

22

Em conformidade com a Lei Complementar n. 4/1990 – MT, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do estado de Mato Grosso, aponte a alternativa correta.

- (A) Recondição é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em junta médica.
- (B) Reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.
- (C) Reversão é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por ocasião administrativa ou judicial, sem ressarcimento de todas as vantagens.
- (D) Readaptação é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.
- (E) Aproveitamento é o retorno do servidor em disponibilidade ao exercício do cargo público.

23

Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do estado de Mato Grosso Código, marque a alternativa correta.

- (A) O tribunal de justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do estado, compõe-se de 49 (quarenta e nove) Desembargadores, promovidos ou nomeados na forma das Constituições Federal e Estadual e do Código de Organização e Divisão Judiciárias do estado.
- (B) Os feitos serão julgados pelo Tribunal Pleno, Órgão Especial, Seções, Turmas de Câmaras Reunidas e Câmaras Isoladas, na conformidade do rito processual estabelecido em lei, observadas as normas deste Regimento.
- (C) A Primeira e a Segunda Turmas de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado, a Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo e a Turma de Câmaras Criminais Reunidas funcionarão na última terça-feira do mês.
- (D) O Conselho da Magistratura se reunirá, ordinariamente, nas quartas-feiras da segunda semana de cada mês, às 9 (nove) horas, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente.
- (E) As Câmaras Criminais funcionarão às segundas e quintas-feiras de cada semana, da seguinte forma: Primeira Câmara Criminal, às segundas-feiras; Segunda e Terceira Câmaras Criminais, às quintas-feiras.

24

Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do estado de Mato Grosso, indique a alternativa correta.

- (A) Ao Tribunal Pleno, que funcionará com maioria absoluta dos seus membros.
- (B) O Órgão Especial funcionará com o mínimo de um terço dos seus membros, convocando-se, se necessário, os substitutos legais.
- (C) O Órgão Especial será composto por 17 (dezesete) membros, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por merecimento.
- (D) O mandato dos membros do Órgão Especial será renovado a cada ano, admitindo-se uma recondução nas vagas providas pelo critério de antiguidade.
- (E) A Seção de Direito Público e Coletivo será composta pela Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo e pelos 05 (cinco) Desembargadores mais antigos nomeados e oriundos de cada Câmara de Direito Privado, de forma majoritária.

25

A respeito da Lei Complementar n. 4/1990, em especial quanto ao regime disciplinar aplicável aos servidores do quadro do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT), marque a alternativa correta.

- (A) O servidor, em situações de urgência e relevância, poderá exercer mais de um cargo em comissão e ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.
- (B) O servidor responde civil, penal e administrativamente, pelo desempenho precário de suas atribuições.
- (C) A responsabilidade administrativa decorre do ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- (D) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se sendo independentes entre si.
- (E) A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por falta de provas ou a sua autoria.

26

Acerca da Lei Complementar n. 4/1990, em especial quanto ao regime disciplinar aplicável aos servidores do quadro do Poder Judiciário de Mato Grosso (PJMT), aponte a alternativa correta.

- (A) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.
- (B) Será punido com suspensão de até 30 (trinta) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- (C) Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- (D) As penalidades de repreensão e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- (E) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a suspensão de até 60 (sessenta) dias.

27

Quanto à Lei n. 4.964/1985 – MT, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciárias do estado de Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) O território do estado para os fins da administração da Justiça, divide-se em distritos, municípios, comarcas, comarcas integradas.
- (B) As Comarcas de terceira instância do estado de Mato Grosso são classificadas em entrância única.
- (C) Distribuídos mais de 800 (oitocentos) processos no ano anterior, não computados nesse número as execuções fiscais e cartas precatórias, o Juiz da Comarca ou da Vara dará conta do ocorrido à Presidência do Tribunal de Justiça para as providências necessárias à criação de nova unidade judicial.
- (D) Para a criação de Distritos Judiciários exigir-se-á a pré-existência de território com população não inferior a 2.500 (dois mil e quinhentos) habitantes a 1.200 (mil e duzentos) eleitores inscritos.
- (E) O Tribunal de Justiça, com sede na capital e jurisdição em todo o estado, compõe-se de 49 (quarenta e nove) Desembargadores, promovidos ou nomeados pelo Governador do estado, e funciona como instância única da Justiça Estadual.

28

No tocante à Lei n. 4.964/1985 – MT, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciárias do estado de Mato Grosso, indique a alternativa correta.

- (A) As vagas de Desembargadores serão preenchidas por Juízes de Direito, mediante progressão, por antiguidade, apurada na última entrância, e por merecimento, alternadamente, ressalvado o terço dos lugares que deve ser preenchido por membro do Ministério Público e por advogado público.
- (B) O Tribunal de Justiça divide-se em 02 (duas) seções, uma cível e outra criminal, constituída, cada uma, do número de câmaras definidas no Regimento Interno, composta de três (03) Desembargadores, cada uma, com exclusão do Presidente do Tribunal, Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça.c) A Ouvidoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplinar e de orientação administrativa, será exercida em todo o estado, por um Desembargador, com a denominação de Ouvidor-Geral da Justiça, o qual ficará dispensado das suas funções normais, exceto nos casos previstos no Regimento Interno.
- (D) Das decisões originárias do Corregedor, salvo disposição em contrário, cabe recurso para o Tribunal do Pleno, com efeito suspensivo, no prazo de dez (10) dias úteis, da intimação ou ciência do interessado.
- (E) Nas Comarcas de Entrância Especial haverá pelo menos, uma Vara.

29

Com base no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) As dúvidas a respeito da execução do serviço judiciário serão sanadas pela Ouvidoria atuante na unidade judiciária.
- (B) A função correccional consiste na orientação, supervisão e na fiscalização permanente dos serviços judiciais de todas as instâncias, bem como na fiscalização das Unidades Prisionais e demais estabelecimentos em relação aos quais, por imposição legal, esses deveres forem atribuídos ao Poder Judiciário.c) A função correccional será exercida por meio de auditorias ou de correições nas unidades judiciárias, conforme determinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
- (D) A correição pode ter caráter ordinário ou extraordinário.
- (E) A auditoria consiste na apuração de fato determinado, relacionado ao conhecimento e à verificação do funcionamento dos serviços judiciais e extrajudiciais, havendo ou não evidências de irregularidades e violação de preceitos legais.

30

Relativamente ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário de Mato Grosso, aponte a alternativa correta.

- (A) A atividade correcional do magistrado é precária e compreende a fiscalização, supervisão e orientação da unidade judiciária.
- (B) A autocorreção, para fins de elaboração do Plano de Projeção de Resultados – PPR, deverá ser realizada até o 20º (vigésimo) dia útil do mês de março de cada ano.
- (C) Os estabelecimentos prisionais e outros destinados ao recolhimento de pessoas, sujeitos à atividade correcional do juízo, serão visitados uma vez por quinzena, conforme determina a Lei de Execução Penal – LEP e a Legislação Penal vigentes.
- (D) É proibido ao magistrado, por ocasião do usufruto de férias ou qualquer outro tipo de afastamento, devolver os autos ao cartório sem despacho, decisão ou sentença, salvo nos casos previstos expressamente em legislação vigente.
- (E) Os oficiais de justiça deverão comparecer ao fórum e proceder ao registro do ponto duas vezes na semana, às segundas-feiras e quintas-feiras, das 09 (nove) horas às 17 (dezesete) horas, bem como quando estiverem escalados para o plantão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

Raphael Spyer

31

Sob a perspectiva da organização administrativa estatal, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público de Mato Grosso são exemplos de:

- (A) pessoas jurídicas de direito público interno.
- (B) entidades autárquicas.
- (C) órgãos públicos estaduais.
- (D) entidades administrativas.
- (E) entidades federadas.

32

A prerrogativa da administração de revogar os atos administrativos que ela própria pratica quando faltar-lhes oportunidade e conveniência refere-se ao princípio da

- (A) impessoalidade, tendo em vista que o interesse público é a finalidade dos atos administrativos em geral.
- (B) autotutela, que também dá base para a anulação administrativa de atos contrários às leis ou aos princípios.
- (C) tutela, que também fundamenta a anulação administrativa de atos administrativos com vícios que os tornem ilegais.

(D) eficiência, responsável por impor produtividade e economicidade aos órgãos e às entidades administrativas em geral.

(E) motivação, que impõe a exposição dos fundamentos de fato e de direito que dão causa aos atos que pratica.

33

Ao reter determinadas aeronaves nos aeroportos, impedindo-lhes a decolagem, com o propósito de realizar vistoria nas respectivas instalações para autuação de possíveis irregularidades sanitárias, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA exerce, segundo a doutrina de direito administrativo, o poder:

- (A) disciplinar.
- (B) regulamentar.
- (C) hierárquico.
- (D) vinculado.
- (E) de polícia.

34

Ao arrepio das normas legais, Heurácio realizou a construção de um galpão em um terreno de que é proprietário sem a devida licença do Poder Público. Fiscais de obra, em visitação, verificaram que a estrutura do empreendimento apresenta sérios problemas que poderiam levar a desabamento. Diante desses fatos, a autoridade administrativa competente decidiu determinar a demolição do galpão. O atributo dos atos administrativos segundo o qual a implementação da demolição independe de prévia intervenção do Poder judiciário, é a

- (A) autoexecutoriedade.
- (B) imperatividade.
- (C) tipicidade.
- (D) coercibilidade.
- (E) exigibilidade.

35

O departamento de licitações de uma secretaria do estado de Mato Grosso descreveu no termo de referência, posteriormente publicado junto com o edital de uma licitação, as especificações do serviço de pintura de uma determinada sede. A descrição foi feita de maneira objetiva, conforme as especificações usuais de mercado, permitindo que se extraia de seu conteúdo o padrão de desempenho e qualidade do trabalho. De acordo com o que preconiza a Lei n. 14.133/2021 – Lei das Licitações e Contratos Administrativos, o serviço tratado deve ser considerado:

- (A) especial e deverá ser licitado por concorrência.
- (B) especial se o valor não exceder R\$ 50.000,00, o que autoriza sua contratação direta.
- (C) comum e deverá ser licitado pelo menor preço.
- (D) comum e deverá ser licitado por pregão.
- (E) comum e poderá ser licitado por pregão ou concorrência.

36

Segundo as normas dispostas na Lei n. 8.429/1992 – Lei Geral de Atos de Improbidade Administrativa, a condenação judicial transitada em julgado por ato de improbidade administrativa poderá impor a pena de:

- (A) perda dos direitos civis.
- (B) suspensão dos direitos políticos.
- (C) cassação dos direitos políticos.
- (D) inidoneidade.
- (E) multa civil aos herdeiros no caso de óbito do condenado.

37

O controle exercido por uma secretaria do estado de Mato Grosso sobre as entidades da administração indireta que a ela se acham vinculadas é denominado:

- (A) controle hierárquico e apresenta natureza administrativa.
- (B) controle hierárquico e tem por escopo garantir a legalidade.
- (C) tutela administrativa e tem natureza finalística.
- (D) supervisão administrativa e é externo.
- (E) controle interno e está fundado no poder hierárquico.

38

Um servidor público do estado de Mato Grosso, nessa qualidade, causou danos à motocicleta de Antônio, terceiro particular. O evento lesivo ocorreu quando o servidor, ao operar uma empilhadeira, tombou o veículo de Antônio que estava estacionado nas proximidades. Com a queda, a moto teve o espelho retrovisor quebrado e o tanque de combustível consideravelmente amassado. Nesse contexto, a responsabilidade civil pelos danos causados ao bem de Antônio é:

- (A) do estado de Mato Grosso, sendo ou não comprovada a culpa do servidor.
- (B) do estado de Mato Grosso, acaso seja comprovada a culpa do servidor.
- (C) do estado de Mato Grosso ou do servidor público, acaso seja comprovada a culpa deste.
- (D) do estado de Mato Grosso, mesmo que haja culpa exclusiva de Antônio.
- (E) apenas do servidor, desde que comprovada a sua culpa.

Noções de Direito Constitucional

Weslei Machado**39**

Em uma cidade pequena, a associação comunitária local opera uma estação de rádio que, recentemente, foi proibida de transmitir programas que envolvam o discurso proselitista religioso. Baseando-se no entendimento do Supremo Tribunal Federal e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a validade da proibição.

- (A) A proibição é válida, pois o serviço de radiodifusão comunitária deve ser neutro em termos de conteúdo religioso para evitar conflitos na comunidade.
- (B) A proibição é inválida, uma vez que a liberdade de expressão religiosa inclui o direito de tentar convencer os outros a mudar de religião, e a radiodifusão comunitária está protegida pela Constituição Federal.
- (C) A proibição é válida, já que o discurso proselitista pode incitar violência e, portanto, não é protegido pela liberdade de expressão.
- (D) A proibição é inválida apenas se a radiodifusão comunitária for operada por uma organização religiosa oficialmente registrada.
- (E) A proibição é válida, pois a liberdade de expressão religiosa não se aplica ao uso de meios eletrônicos de comunicação, como a radiodifusão.

40

Considere a seguinte situação hipotética: uma associação de profissionais de saúde move uma ação contestando uma lei estadual que estabelece o piso salarial da categoria como sendo o triplo do salário mínimo vigente, com atualizações automáticas sempre que o salário mínimo nacional for ajustado. A associação alega que tal mecanismo de reajuste automático viola a Constituição Federal. Baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei estadual é válida, pois a Constituição permite expressamente o uso do salário mínimo como base para calcular pisos salariais.
- (B) A lei é inconstitucional, pois qualquer referência ao salário mínimo para definir pisos salariais é proibida pela Constituição.
- (C) A lei é parcialmente válida, pois é permitido usar o salário mínimo como referência inicial, mas reajustes automáticos são proibidos.
- (D) A lei é inconstitucional porque o salário mínimo não pode ser usado como referência para definir salários em nenhuma circunstância.
- (E) A associação não tem base legal para sua ação, pois a Constituição permite reajustes automáticos de pisos salariais vinculados ao salário mínimo.

41

Considere a seguinte situação hipotética: um cidadão brasileiro, nascido no Brasil, de pais brasileiros, adquire voluntariamente a cidadania de outro país após se casar com um cidadão estrangeiro. O governo brasileiro, baseando-se em uma nova lei que prevê a perda automática da nacionalidade brasileira em casos de naturalização voluntária, tenta revogar sua nacionalidade brasileira. O cidadão contesta a ação, argumentando que a lei é inconstitucional. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A perda de nacionalidade é automática ao adquirir outra cidadania, conforme a nova lei, que é constitucional.
- (B) A nova lei é constitucional, pois o Estado brasileiro pode legislar livremente sobre a perda de nacionalidade.
- (C) A perda de nacionalidade só ocorre se o cidadão cometer algum crime contra a segurança nacional.
- (D) O cidadão não pode perder sua nacionalidade brasileira, pois as hipóteses de perda da nacionalidade devem ser estritamente conforme a Constituição.
- (E) A nacionalidade brasileira só pode ser perdida mediante tratado internacional que estipule essa condição.

42

Considere a seguinte situação hipotética: um município aprovou uma lei municipal que exige que todos os ônibus do transporte público local sejam equipados com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores, visando melhorar as condições de trabalho e segurança no trânsito. Uma empresa de ônibus contesta a lei, alegando que ela viola a competência legislativa da União. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei municipal é válida, pois trata de uma questão local específica relacionada ao transporte público e à saúde ocupacional.
- (B) A lei municipal é inconstitucional, pois invade a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
- (C) A lei municipal é válida, pois o município tem competência para legislar sobre transporte público local, independentemente das normas federais.
- (D) A lei municipal é válida, desde que a União não tenha legislado especificamente sobre dispositivos redutores de estresse.
- (E) A lei municipal é inconstitucional apenas se resultar em um custo operacional significativo que possa afetar a viabilidade financeira dos serviços de transporte público.

43

Situação hipotética: a Assembleia Legislativa de um estado brasileiro aprova uma emenda à sua Constituição Estadual que concede imunidade processual aos vereadores, permitindo que sejam processados apenas com autorização prévia da respectiva Câmara Municipal, inclusive por atos fora do exercício de suas funções. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre a constitucionalidade dessa mudança constitucional.

- (A) A emenda é inconstitucional, pois viola o princípio da simetria e extrapola a competência estadual ao ampliar imunidades não previstas na Constituição Federal.
- (B) A emenda é constitucional, uma vez que as imunidades dos vereadores podem ser ampliadas por Constituições Estaduais.
- (C) A emenda é constitucional, pois os estados têm autonomia para legislar sobre o regime jurídico de seus vereadores.
- (D) A emenda é constitucional se aprovada por maioria qualificada na Assembleia Legislativa, conforme o princípio da autonomia federativa.
- (E) A emenda é válida, pois trata-se de uma prerrogativa para proteger a independência dos vereadores em suas funções.

44

Situação hipotética: um cidadão estrangeiro, residente permanente no Brasil, pleiteia sua admissão em um concurso público para um cargo de técnico judiciário em um Tribunal de Justiça estadual. Sua candidatura é negada com base no argumento de que não existe legislação específica regulamentando a admissão de estrangeiros em cargos públicos. O cidadão recorre ao Supremo Tribunal Federal, argumentando que a Constituição garante igualdade de condições e que sua exclusão do concurso é inconstitucional.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O cidadão estrangeiro tem direito de participar do concurso, pois o art. 37, I, da Constituição é autoaplicável e garante acesso igual a cargos públicos.
- (B) O cidadão estrangeiro não pode participar do concurso, pois a Constituição requer regulamentação específica para o acesso de estrangeiros a cargos públicos.
- (C) O cidadão estrangeiro pode participar do concurso se houver tratados internacionais de que o Brasil seja signatário e que prevejam essa condição.
- (D) A exclusão do cidadão estrangeiro do concurso é inconstitucional, pois a Constituição proíbe qualquer forma de discriminação baseada na nacionalidade.
- (E) O cidadão estrangeiro pode participar do concurso desde que comprove sua qualificação equivalente à exigida para brasileiros natos.

45

Situação hipotética: uma empresa pública federal entrou com uma ação cautelar no Supremo Tribunal Federal buscando suspender os efeitos de uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que impedia a continuação de um contrato milionário devido a supostas irregularidades. A empresa alega que somente o STF tem a autoridade para julgar casos que envolvam tais decisões administrativas de grande impacto.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O STF tem competência para julgar a ação cautelar, pois trata-se de um caso que impacta diretamente a administração pública federal.
- (B) A ação cautelar é admissível no STF porque envolve a interpretação de leis federais que podem afetar a União.
- (C) O STF deve julgar a ação, uma vez que envolve uma empresa pública federal e questões de interesse nacional.
- (D) A competência do STF pode ser estabelecida se a empresa demonstrar que não há outra instância judicial apropriada para o caso.
- (E) O STF não tem competência para julgar a ação, pois não julga ações ordinárias que impugnem atos do TCU, nem as cautelares relacionadas.

46

Situação hipotética: um estado brasileiro propõe uma emenda à sua Constituição estadual para criar um Conselho Estadual de Justiça, com atribuições similares às do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para exercer controle administrativo, financeiro e disciplinar sobre os magistrados e órgãos do Poder Judiciário estadual. A medida é contestada e levada ao Supremo Tribunal Federal sob a alegação de que infringe princípios constitucionais federais. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O estado tem competência para criar um Conselho estadual de Justiça, pois cada ente federativo pode organizar seu próprio Judiciário.
- (B) A criação de um Conselho estadual de Justiça é constitucional se for aprovada por maioria qualificada na Assembleia Legislativa do estado.
- (C) O Conselho estadual de Justiça é constitucional, desde que suas atribuições se limitem ao controle financeiro e administrativo, excluindo-se o disciplinar.
- (D) A criação de um Conselho estadual de Justiça é inconstitucional, pois os estados-membros carecem de competência constitucional para instituir órgãos de controle interno ou externo similares ao CNJ.
- (E) O Conselho estadual de Justiça é constitucional apenas se suas decisões estiverem sujeitas ao controle jurisdicional do CNJ.

Noções de Direito Civil**Cristiny Rocha****47**

Conforme disposições da LINDB, analise as assertivas e assinale a correta.

- (A) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.
- (B) O penhor regula-se pela lei do local que estiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.
- (C) A lei posterior revoga a anterior ainda que não expressamente o declare, quando regule a matéria de que tratava a lei anterior, ainda que parcialmente.
- (D) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, mas poderá retroagir se for mais benéfica.
- (E) Ninguém se escusa de cumprir a lei, salvo se não a conhecer.

48

Camila Miranda atua como atriz independente desde os 4 anos de idade, incentivada pelos pais. Com o passar dos anos, passou a assumir diversos papéis de destaque, razão pela qual pediu aos pais com 14 anos a sua emancipação, até mesmo porque teve que se mudar para o Rio de Janeiro. Compreendendo que ela já dispunha de maturidade suficiente para tomar suas próprias decisões e que um pouco mais de autonomia facilitaria sua atividade profissional, os pais decidiram emancipá-la, logrando formalizar o ato de emancipação junto ao cartório competente do Registro Civil. Já no dia seguinte ao registro do ato de emancipação, Camila firmou um contrato publicitário, sem o conhecimento de seus pais. De acordo com o Direito Civil Brasileiro, deve-se considerar que esse contrato é:

- (A) nulo, pois dependia de confirmação dos pais.
- (B) válido, pois Camila se considera plenamente capaz, ainda que menor de idade.
- (C) formalmente inválido, mas com eficácia reconhecida por conta da emancipação.
- (D) válido, mas depende de confirmação dos pais.
- (E) inválido, pois o ato de emancipação é nulo.

49

Vitor Manuel é casado com Maria Mariana e tem três filhas: Carla com 18 anos, militar da aeronáutica, que reside em Belo Horizonte; Fabrizia, 12 anos, que reside com os pais em São Paulo; e Maurício, 17 anos, que tomou posse em cargo provido através de concurso público em Manaus. Considerando essas informações, é correto afirmar:

- (A) os pais possuem domicílio voluntário e somente a filha Fabrizia possui domicílio necessário, já que incapaz.
- (B) todos possuem domicílio necessário, inclusive os pais.
- (C) todos os filhos possuem domicílio necessário.
- (D) Maurício e Fabrizia possuem domicílio necessário.
- (E) Todos possuem domicílio voluntário.

50

Pedro é sócio de Mauro que quer iniciar vendas online. O negócio é pequeno e Pedro acha que é um grande passo, envolvendo muito investimento com empresa terceirizada, o que desagradou Mauro, que passa constantemente a pressionar o sócio a aceitar, pois conforme contrato social não pode tomar a decisão sozinho. Após 3 meses, sem êxito, Mauro ameaça se retirar da sociedade se Pedro não aceitar, o que lhe causaria dano iminente e considerável aos seus bens. Sobre o negócio jurídico e seus defeitos, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Nesse caso, se Pedro aceitar não há de se falar em vício ou defeito do negócio jurídico.
- (B) O negócio jurídico poderá ser anulado por lesão.
- (C) O negócio jurídico é anulável por dolo.
- (D) O negócio jurídico é anulável por coação.
- (E) O negócio jurídico é anulável por estado de perigo.

51

Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não constitui ato ilícito os praticados em legítima defesa.
- (B) Não constitui ato ilícito os praticados no exercício regular de um direito reconhecido.
- (C) Não constitui ato ilícito os que causam lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- (D) Não constitui ato ilícito os que causam destruição da coisa alheia, desde que se mostrem necessários.
- (E) Não constitui ato ilícito os atos praticados com boa-fé, ainda que ultrapassem limites necessários.

Noções de Direito Processual Civil

Lídia Marangon

52

Segundo o Código de Processo Civil, o processo começa, em regra, por iniciativa

- (A) do juiz.
- (B) da parte interessada.
- (C) do Ministério Público.
- (D) do defensor público.
- (E) do advogado.

53

Sobre jurisdição, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A jurisdição é o poder do Estado de aplicar o direito em casos concretos.
- (B) O princípio da inércia da jurisdição estabelece que o juiz pode agir de ofício a qualquer momento, independentemente da provocação das partes.
- (C) A jurisdição não é a única forma de solução de conflitos admitida no ordenamento jurídico brasileiro.
- (D) A conciliação das partes deve ser estimulada judicialmente ou extrajudicialmente.
- (E) A jurisdição é uma e indivisível.

54

Marque a alternativa incorreta.

A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará:

- (A) o respeito às garantias do devido processo legal no Estado requerente.
- (B) a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados.
- (C) a publicidade processual, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na legislação brasileira ou na do Estado requerente.
- (D) a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação.
- (E) a formalidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.

55

A ação meramente declaratória:

- (A) não é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) tem previsão expressa no CPC.
- (C) é admissível, desde que não tenha ocorrido a violação do direito.
- (D) não é admissível para se obter declaração de falsidade de documento.
- (E) não é admissível para se obter declaração de autenticidade de documento.

56

Os elementos da ação são

- (A) valor da causa e endereçamento.
- (B) legitimidade e interesse.
- (C) partes, causa de pedir e pedido.
- (D) Ministério Público, Juiz e Defensoria Pública.
- (E) partes e distribuição.

57

Determina-se a competência:

- (A) no momento da citação.
- (B) no momento do primeiro despacho do juiz.
- (C) no momento do registro ou da distribuição da petição inicial.
- (D) no momento da designação da audiência de conciliação.
- (E) no momento da fase instrutória.

Noções de Direito Penal**Carhla Alves****58**

Sobre os princípios gerais do direito penal, analise as afirmações a seguir.

- I – Não há crime nem pena sem lei. Medida provisória não pode definir infrações penais ou cominar penas.
- II – Só a lei escrita pode criar crimes, excluindo-se o direito consuetudinário.
- III – As normas em branco, por dependerem de complemento normativo, ofendem o princípio da legalidade.

Está correto o que se afirma:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

59

Buscando coibir a violência contra a mulher, a nova Lei n. 14.994/2024 alterou o crime de Femicídio. O Art. 121-A do Código Penal passou a tipificar o feminicídio como um crime autônomo, deixando de ser uma qualificadora do homicídio. O crime de ameaça passou a ter a pena aplicada em dobro se cometido contra mulher por razões da condição do sexo feminino (Art. 147, § 1º, CP). A lei de crimes hediondos foi alterada para incluir o feminicídio no rol dos delitos hediondos (Art. 1º, I-B). Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O art. 1º, I-B, da Lei de Crimes Hediondos constitui hipótese *novatio legis* incriminadora.
- (B) O art. 121-A do CP constitui hipótese de continuidade normativa-típica.
- (C) O art. 147, § 1º, do CP constitui hipótese de retroatividade da lei penal mais benéfica.
- (D) O art. 121-A constitui hipótese de *abolitio criminis*.
- (E) O art. 147, § 1º, constitui hipótese de *novatio legis in melius*.

60

No que diz respeito à interpretação da lei penal, analise as afirmações a seguir.

- I – A analogia é forma de interpretação do direito, decorre de uma lacuna, e não de uma lei pendente de interpretação.
- II – A interpretação extensiva pode ser *in bonam* ou *in malam partem*.
- III – Na interpretação analógica o significado que se busca é extraído do próprio dispositivo, levando-se em conta as expressões abertas e genéricas utilizadas pelo legislador.

Está correto o que se afirma:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

61

Em sindicância realizada pela Secretaria municipal de Saúde, foi confirmado que determinado servidor público inseria dados falsos no sistema de agendamento do Sistema Único de Saúde. O esquema consistia em conseguir, de forma mais rápida, cirurgias eletivas de pacientes que aguardavam na fila do SUS, e que tinham interesse em pagar para serem atendidos na frente dos demais. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, o servidor responderá pelo crime de:

- (A) inserção de dados falsos em sistema de informações.
- (B) estelionato.
- (C) favorecimento pessoal.
- (D) improbidade administrativa.
- (E) peculato.

62

João e Maria são servidores públicos e se conheceram no trabalho. Ao descobrir que Maria tinha recebido uma alta quantia em um acerto trabalhista, João, valendo-se da relação profissional e da confiança que mantinham, se passando por uma pessoa de conhecimento técnico na área de investimentos financeiros, tudo não passando de um plano para enganar e obter o dinheiro dela, convenceu Maria a transferir o dinheiro, supostamente, para aplicação no mercado de ações. Após alguns meses, Maria solicitou prestação de contas dos investimentos, mas João se recusava a informar e comprovar o destino dos valores, sempre pedindo novos prazos, que jamais foram cumpridos. Segundo as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) furto mediante fraude.
- (B) extorsão.
- (C) extorsão indireta.
- (D) apropriação indébita.
- (E) estelionato.

63

Francisco, professor de direito penal, questionou seus alunos a respeito dos crimes hediondos. Ana sustentou que os crimes hediondos são inafiançáveis e não podem ser beneficiados com anistia, graça ou indulto. Marcela afirmou que a epidemia com resultado morte é um exemplo de crime hediondo. Por fim, Brenda sustentou que o prazo da prisão temporária será de 30 dias, improrrogável em razão da excepcionalidade da medida. Francisco observou que somente:

- (A) Ana está certa.
- (B) Marcela está certa.
- (C) Brenda está certa.
- (D) Ana e Brenda estão certas.
- (E) Ana e Marcela estão certas.

64

Heitor, delegado de polícia, determinou que Pedro, agente, exija de determinado investigado certa quantia, a fim de não ser instaurado inquérito policial. Nesse caso, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que

- (A) Pedro responderá por extorsão.
- (B) os dois responderão por crime de concussão.
- (C) a conduta de Pedro não configura crime, porque ele agiu em obediência hierárquica.
- (D) Heitor responderá pelo crime praticado, mas terá sua pena atenuada.
- (E) Pedro é isento de pena por inexigibilidade de conduta diversa.

Noções de Direito Processual Penal**Lorena Ocampos****65**

Maria, servidora pública, passou a estudar, nas nuances, as inovações trazidas à baila pela Lei n. 13.964/2019, em especial a implementação do instituto do juiz das garantias, em razão do potencial impacto no exercício de suas funções. Registre-se que Maria analisa processos de diferentes áreas, como:

- I – processos de competência do Tribunal do Júri;
- II – casos de violência doméstica e familiar;
- III – crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas);
- IV – juizado especial criminal;

Nesse cenário, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Maria deverá observar as normas relativas ao juiz das garantias nas seguintes situações:

- (A) processos de competência do Tribunal do Júri.
- (B) casos de violência doméstica e familiar e crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas).
- (C) crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) e processos de competência do tribunal do júri.
- (D) crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas).
- (E) juizado especial criminal.

66

Em determinado procedimento em que se busca apurar o crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, a autoridade policial representou pela realização de interceptação telefônica e pela busca domiciliar. Após ouvido o Ministério Público e decisão judicial, foram realizadas providências cautelares de interceptação telefônica e busca domiciliar na residência de Mauro para a obtenção de provas. Nessa situação, durante o procedimento investigatório, o advogado de Mauro:

- (A) terá direito de acessar os relatórios e as demais diligências da interceptação telefônica ainda em andamento.
- (B) terá direito de acessar os relatórios de cumprimento dos mandados de busca e apreensão e os respectivos autos de apreensão.
- (C) terá amplo acesso aos autos do inquérito policial e das demais diligências.
- (D) estará impedido de acessar os autos de apresentação e apreensão já lavrados.
- (E) terá que requerer judicialmente o acesso aos autos do inquérito policial.

67

Jonatas é investigado pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas, que é de ação penal pública incondicionada. Não sendo o caso de arquivamento e preenchidos os requisitos legais, o Ministério Público celebrou com Jonatas a medida despenalizadora do Acordo de Não Persecução Penal, que foi devidamente homologado pelo juízo competente. A realização do acordo caracteriza exceção ao seguinte princípio aplicável na ação penal pública:

- (A) conveniência.
- (B) disponibilidade.
- (C) obrigatoriedade.
- (D) indivisibilidade.
- (E) indisponibilidade.

68

Mizael foi detido pela suposta prática do crime de resistência, previsto no art. 329 do Código Penal, que possui pena de detenção, de dois meses a dois anos. Após a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência, os autos foram enviados ao Juizado Especial Criminal respectivo. Não houve acordo entre as partes e o Ministério Público não ofereceu a medida despenalizadora da transação penal para Mizael, tendo em vista se tratar de autor reincidente em crime doloso que já cumpriu pena privativa de liberdade. Após o oferecimento de denúncia, não foi possível a citação de Mizael, por estar em local incerto e não sabido. Nos termos da Lei n. 9.099/1995, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público deverá indicar nos autos 3 (três) endereços prováveis para a localização do acusado.
- (B) será realizada a citação por hora certa.
- (C) será realizada a citação por edital.
- (D) será realizada a citação por intermédio do defensor do acusado.
- (E) o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum.

69

Prevê o art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal, que é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os jurados devem ficar incomunicáveis ao longo do julgamento, como forma de se garantir a pluralidade de decisões, incomunicabilidade esta que é absoluta.
- (B) A competência para o processo e o julgamento do crime de latrocínio é do Tribunal do Júri.
- (C) É relativa a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.
- (D) A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada.
- (E) A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Federal.

70

Priscila, 10 meses após tomar conhecimento de que Ivana atentou contra a sua honra, ajuizou contra esta queixa-crime, por intermédio de advogado com a devida procuração com poderes especiais, imputando a Ivana o delito de injúria. Contudo, referida queixa-crime deve ser rejeitada pelo juízo em razão da ocorrência do seguinte instituto:

- (A) perempção do direito de queixa.
- (B) renúncia ao direito de queixa.
- (C) perdão ao querelado.
- (D) decadência do direito de queixa.
- (E) retratação do direito de queixa.

Redação

Fidelis Almeida

No mundo atual, marcado por rápidas transformações e avanços tecnológicos, emergem novos dilemas que afetam profundamente a sociedade: a disseminação de notícias falsas, a polarização política, o aumento dos discursos de ódio, a crise ambiental, a perda de privacidade na era digital, a dependência de redes sociais e a obsolescência programada de produtos.

Qual desses desafios contemporâneos você considera mais prejudicial ao ser humano?

Produza um texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) linhas, utilizando linguagem culta, no qual defenda sua posição de maneira clara e convincente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA 9.0



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva